



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

ACTA N.º 16
MANDATO 2009/2013

Aos nove dias do mês de Novembro do ano dois mil e onze, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo, realizou-se a segunda reunião da sessão Ordinária do dia vinte e sete de Outubro de dois mil e onze, da Assembleia Municipal de Valongo, com a seguinte **Ordem de Trabalhos:** -----

2.5 Pedido de autorização para contratação de empréstimos de longo prazo, até ao montante de €25.000.000,00, para saneamento financeiro.
(RETIRADO) -----

2.6 Fixação da taxa do imposto municipal sobre imóveis (IMI), referente ao ano 2012, a aplicar aos valores patrimoniais dos prédios urbanos. -----

2.7 Participação variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano 2012. -----

2.8 Lançamento de derrama sobre o lucro tributável a cobrar no ano 2012. ---

2.9 Revogação da deliberação datada de 20/10/2011 – Adenda ao contrato de empréstimo para saneamento financeiro, com a Caixa Geral de Depósitos, no montante de €12.500.000,00 – Alteração das cláusulas contratuais.
(INCLUÍDO) -----

3. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

4. Apreciação do pedido de suspensão do mandato do Membro Cristiano Roberto Bento Ribeiro, nos termos do art.º 77º, n.º 2, da lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela lei n.º 5/A/2001, de 11 de Janeiro. - Estavam presentes **trinta** elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respectivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Vice-Presidente João Paulo Rodrigues Baltazar e os Senhores Vereadores Maria da Trindade Morgado do Vale, Arnaldo Pinto Soares, José Afonso Teixeira Lobão, José Joaquim da Silva Miranda, Luísa Maria Correia de Oliveira, João Ruas e José Pedro Paupério Martins Panzina. -----

Verificaram-se as substituições ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal, Alexandre Manuel Silva Teixeira, António Marques Oliveira, Cristiano Roberto Bento Ribeiro, José Filipe Pinto Bandeira e José Manuel Pereira Ribeiro tendo sido substituídos, respectivamente, por José Fernando Brandão Pereira, Ivo Vale das Neves, Manuel Jorge Carneiro Vasconcelos Machado Pinto e Paulo da Rocha Gomes. -----

Verificou-se a falta dos Membros José Joaquim Moutinho Araújo e Raquel Alves dos Santos, não tendo sido substituídos. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** deu início à reunião. -----

O Senhor **Primeiro Secretário António Joaquim Queijo Barbosa** procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** a pedido da Câmara Municipal retirou-se do **Ponto 2.5 Pedido de autorização para contratação de empréstimos de longo prazo, até ao montante de €25.000.000,00, para saneamento financeiro.** -----

Seguidamente por proposta da Câmara Municipal colocou à votação a inclusão do seguinte **Ponto: 2.9 Revogação da deliberação datada de 20/10/2011 – Adenda ao contrato de empréstimo para saneamento financeiro, com a Caixa Geral de Depósitos, no montante de €12.500.000,00 – Alteração das cláusulas contratuais,** sendo **aprovada por unanimidade** a sua inclusão na Ordem de Trabalhos. -----

Colocou de seguida à discussão o **Ponto 2.6 Fixação da taxa do imposto municipal sobre imóveis (IMI), referente ao ano 2012, a aplicar aos valores patrimoniais dos prédios urbanos.** -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do BE, Eliseu Filipe Pinto Lopes** fez a leitura de um **Documento** que se anexa à presente acta como **Doc.1.** –

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação o **Ponto 2.6 Fixação da taxa do imposto municipal sobre imóveis (IMI), referente ao ano 2012, a aplicar aos valores patrimoniais dos prédios urbanos,** sendo **aprovado por maioria**, verificando a seguinte votação:

Votos a Favor: 29 votos a favor, sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PSD, 9 votos do Grupo Municipal do PS, 6 votos do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 2 votos do Grupo Municipal do CDS, 1 voto do Grupo Municipal da CDU e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

Votos contra: 1 voto contra do Grupo Municipal do BE. -----

De seguida colocou à discussão o **Ponto 2.7 Participação variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano 2012,** não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por maioria**, verificando-se a seguinte votação: -----

Votos a favor: 15 votos a favor, sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PSD, 2 votos do Grupo Municipal do CDS, 1 voto do Grupo Municipal do Grupo Municipal do BE, 1 voto do Grupo Municipal da CDU e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

Abstenções: 15 abstenções, sendo: 9 abstenções do Grupo Municipal do PS e 6 abstenções do Grupo Municipal Coragem de Mudar. -----

Pelo Presidente da Assembleia Municipal, Henrique Jorge Campos Cunha, foi utilizado o Voto de Qualidade aprovando o ponto.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à discussão o **Ponto 2.8 Lançamento de derrama sobre o lucro tributável a cobrar no ano 2012,** não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade.** -----

Seguidamente colocou à discussão o **Ponto 2.9 Revogação da deliberação datada de 20/10/2011 – Adenda ao contrato de empréstimo para saneamento**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

financeiro, com a Caixa Geral de Depósitos, no montante de €12.500.000,00 – Alteração das cláusulas contratuais. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal da Coragem de Mudar João Loureiro de Castro Neves** disse que, maioritariamente, a Coragem de Mudar se vai abster na votação; tinham pensado na anterior proposta votar contra e explicaram porquê. *Neste momento, estão alterados os dados existindo uma adenda; também teve conhecimento posterior que havia aquilo que considerava em falta na outra e que eram as consultas bancárias.* -----

Portanto, consideram que o dinheiro é necessário para pagar aos fornecedores e embora com dúvidas que a Câmara vá consegui-lo, acham que não devem obstaculizar o empréstimo, decidindo maioritariamente abster-se, pelo menos. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar José Manuel Pereira** fez a leitura de um Documento que se anexa à presente acta como Doc.2. -----

Acrescentou ainda que pessoalmente votaria contra o referido empréstimo pelo facto de na alteração das cláusulas contratuais, o período de carência estabelecido coincidir com o período de vigência do actual mandato do executivo. -----

A Senhora **Deputada do Grupo Municipal do PSD Rosa Maria Sousa Martins Rocha** disse que face a uma intervenção tão longa do Deputado que a antecedeu, não conseguiu captar tudo, portanto não vai comentar tudo, mas vai fazer alguns comentários. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Castro Neves, pessoa que preza muito, não pode deixar de fazer um comentário a uma frase, porque disse – “*não temos nenhum motivo para votar contra*” – e já que não podem votar contra abstêm-se, porque não votar a favor? Não tem motivo para votar contra então abstêm-se, porque não pensou na hipótese de votar a favor, é que também não justificou a abstenção. -----

Quanto ao Deputado José Manuel Pereira que começou por dizer *que neste plano de saneamento se faziam previsões imprevisíveis*, mas a verdade é que *quem fez previsões foi o Deputado na medida em que disse que em 2023 estariam mais pobres*. Não sabe se vão estar mais pobres porque depende da situação económica do país e do mundo, já que pode haver, entretanto, uma inversão e a Câmara Municipal nessa altura tenha muito dinheiro. -----

Considera que as previsões que são feitas no Plano de Saneamento Financeiro são previsões pragmáticas, minimalistas; prevê-se pouco dinheiro, prevê-se que em função desse dinheiro a autarquia irá fazer pouca obra. -----

Também prevê - ou antecipou – que, não obstante os orçamentos futuros serem orçamentos com pouco dinheiro, *a verdade é que previu também “de certeza que vão ser lançadas obras antes das próximas eleições”*, no fundo quem está a fazer previsões é o Deputado José Manuel Pereira, mais do que aquelas que são feitas no Plano de Saneamento Financeiro. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Além disso, fez referência a trezentas e tal obras e muitas delas por ajuste directo. Sob o ponto de vista de Direito, em 2008, entrou em vigor o Código da Contratação Pública, que foi suspenso nessa parte da obrigatoriedade de concurso público para as obras do Parque Escolar. -----

As obras do Parque Escolar foram feitas, em muitos municípios, a convite do então Primeiro-Ministro Sócrates, que chamou vários Presidentes de Câmara e disse que nunca iria haver falta de dinheiro para fazer as obras no âmbito do Parque Escolar. -----

Portanto, se a Câmara de Valongo tivesse dito que não queria esse dinheiro, hoje, o PS já teria dito que Valongo desperdiçou milhões de euros e não reformou o seu Parque Escolar, apesar do dinheiro estar prometido ou mesmo garantido. -----

Disse de seguida que a Coragem de Mudar tem como Líder a principal criadora do movimento. A Vereadora Maria José Azevedo que, no mandato anterior era Vereadora pelo PS e, nessa condição votou favoravelmente quase todas essas obras que levaram ao endividamento da Câmara. Estava no PS mas, apesar de encabeçar o Movimento Coragem de Mudar para a Câmara de Valongo, não deixa de ter, também, a sua responsabilidade. -----

Relativamente ao facto de não compreender o empréstimo de 12 milhões e 500 mil euros afirmou: “todos sabemos que a Câmara precisa de um empréstimo de 25 milhões de euros. Neste momento só estão garantidos 12 milhões e 500 mil, os outros 12 milhões e 500 mil estão a ser objecto de uma consulta a diversas instituições para fazerem propostas”. -----

E concluiu: “O facto de se estar a discutir a aprovação de 12 milhões e meio de euros, não quer dizer que seja descabido, porque o Plano de Saneamento Financeiro prevê a necessidade de quase 25 milhões. Será bom que a Câmara os consiga para poder honrar os seus compromissos”. -----

O Senhor **Vice-Presidente da Câmara João Paulo Rodrigues Baltazar** disse que o Plano de Saneamento Financeiro em análise, não requer apenas 12,5 milhões de euros, pois é o mesmo que a Assembleia Municipal aprovou e que requer um financiamento de cerca de 25 milhões de euros. -----

Portanto, estão a aprovar uma primeira parte - metade - desse financiamento que a Câmara quer garantir como empréstimo. -----

Aliás, está escrito na deliberação que “está aberto um novo procedimento para conseguir o empréstimo do montante restante”, portanto não há equívoco nenhum, não há nenhuma alteração. -----

O Deputado José Manuel Pereira, que até está ligado ao ensino através de uma Associação de Pais sabe bem que, até há pouco tempo a Câmara fez contratações no âmbito das actividades extra curriculares; falou em cerca de 200 admissões, mas só 113 eram para as AECS. Portanto, tais números, quando expurgados e enquadrados nas situações que são reais, não correspondem sequer a 50%. É uma diferença considerável, e, portanto é importante introduzi-la na discussão deste ponto. -----

Quanto à observação que fez de que “aparentemente se liquida agora uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

parte do empréstimo para se poder ter espaço e se criar nova dívida” só demonstra desconhecimento do instrumento que foi aprovado. -----

O Plano de Saneamento Financeiro define regras e estas são a grande segurança para quem defende uma alteração deste paradigma e deste modelo; não houve nenhuma hipocrisia quando se assumiu que tinha que haver essa alteração estando até plasmada no Plano de Saneamento Financeiro quando limita para 2012, 2013 e 2014 um conjunto de receitas quer de possibilidade em Despesa Corrente quer em Despesa de Capital e Investimento. -----

O Senhor **Vereador José Pedro Paupério Martins Panzina** começou por dizer que pediu a defesa da honra porque conhece o pensamento sobre a matéria que foi referido pela Deputada Rosa Maria, como conhece o pensamento da Dra. Maria José Azevedo que, por estar ausente, não o pode fazer. -----

Acompanhou a Dra. Maria José Azevedo no mandato anterior em que assessorava a sua função, como Vereadora da CMV. -----

Disse de seguida,” tem sido ultimamente recorrente que as grandes obras que se fizeram em Valongo, os Vereadores, então do PS nesse mandato, votaram favoravelmente essas obras. Um argumento que é não só de sofisma mas sobretudo, um argumento falacioso porque faz parte de pressupostos verdadeiros para conclusões erradas”. -----

A Deputada Rosa Maria na sua intervenção - e porque é recorrente nesse tipo de argumentos na defesa do mandato anterior - não podia ignorar as seguintes questões: -----

O PSD no mandato anterior tinha maioria suficiente. Assim e, independentemente do sentido de voto particular, as decisões sempre ocorriam porque havia uma maioria absoluta. -----

Segundo argumento que não podia ser ignorado. Ao dizer o que disse não podia ignorar que a Câmara tinha votado, com os votos contra dos Vereadores do PS de então um orçamento e as obras estavam orçamentadas. -----

Para concluir disse: “se as obras estavam orçamentadas era ao abrigo do orçamento aprovado que tais obras se fizeram. Portanto, é sofisma que fere a honra das pessoas, atribuir a responsabilidade da execução das obras, tentando desresponsabilizar a maioria de então. Aliás, não pode ignorar que havia uma Carta Educativa que apontava para uma realidade completamente diferente donde, tentar atribuir à Dra. Maria José Azevedo a responsabilidade para as obras que fizeram sem capacidade eleitoral tendo ela votado contra os orçamentos é de facto ofensivo da sua honra”. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação o **Ponto 2.9 Revogação da deliberação datada de 20/10/2011 – Adenda ao contrato de empréstimo para saneamento financeiro, com a Caixa Geral de Depósitos, no montante de €12.500.000,00 – Alteração das cláusulas contratuais**, sendo **aprovado por maioria**,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

verificando-se a seguinte votação: -----

Votos a favor: 22 votos a favor, sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PSD, 9 votos do Grupo Municipal do PS, 2 votos do Grupo Municipal do CDS e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

Votos Contra: 4 votos contra, sendo: 2 votos dos Membros José Manuel Pereira e Manuel Jorge Pinto do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 1 voto do Grupo Municipal do BE e 1 voto do Grupo Municipal da CDU. -----

Abstenções: 4 abstenções do Grupo Municipal Coragem de Mudar. -----

De seguida colocou à apreciação o **Ponto 3. *Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo***, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto. -----

Seguidamente foi colocado à discussão o **Ponto 4. *Apreciação do pedido de suspensão do mandato do Membro Cristiano Roberto Bento Ribeiro, nos termos do art.º 77º, n.º 2, da lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela lei n.º 5/A/2001, de 11 de Janeiro***, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou de seguida à discussão a ***continuação do Período Antes da Ordem do Dia***, dando a palavra aos Senhores Deputados inscritos. -----

A Senhora **Deputada do Grupo Municipal do PSD Maria Conceição Ferreira Silva** fez a leitura de um **Documento** que se anexa à presente acta como **Doc.3**. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Campo Alfredo Costa Sousa** fez a leitura de um **Documento** que se anexa à presente acta como **Doc.4**. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde Luís Miguel Mendes Ramalho** fez a leitura de um **Documento** que se anexa à presente acta como **Doc.5**. -----

Disse de seguida que apelava à Câmara para que, dentro das suas possibilidades, fossem desenvolvidos esforços no sentido dos dois terrenos, que serviram para alojar a Expoval, fossem devidamente acautelados para poderem vir a integrar o Parque Urbano uma vez que são a única área de expansão possível a médio prazo. -----

Como é do conhecimento de todos o acesso à auto-estrada já por si é bastante dificultado porque o elevado número de viaturas faz com que o trânsito congestionue naquele nó de acesso. Apelava para que se desenvolva *com a maior celeridade possível a parte que falta da requalificação daquele troço, da Rua Joaquim Ribeiro Teles, permitindo que o trânsito se divida e não seja feito apenas pela Rua Presas de Sá*. -----

O Senhor **Vice-Presidente da Câmara João Paulo Rodrigues Baltazar** começou por dizer que, na anterior reunião, foi distribuído um documento, uma folha de cálculo, que queria contextualizar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Foi acordado, na Reunião da Câmara Municipal que junto com a proposta do Plano de Saneamento Financeiro iriam disponibilizar o trabalho que está feito sobre a antevisão do que será o Orçamento de 2012. -----

Esse documento, basicamente, espelha as balizas sob o ponto de vista da Receita e da Despesa que estão vertidas no Plano de Saneamento Financeiro para 2012, e também na *coluna que diz respeito à base zero* foram vertidas as despesas, os encargos, as rubricas que foram consumidas, que estão registadas este ano. -----

Quiseram dar a conhecer o documento para se perceber que, apesar de todas as iniciativas que foram tomando para a redução de custos ainda têm montantes importantíssimos para sanear e para se conseguir encaixar o orçamento na máscara que nos condiciona que está assumida no Plano de Saneamento Financeiro. -----

O objectivo foi ajudar a compreender qual vai ser a estrutura base e qual é o tipo de gráfico que virá a ser o orçamento de 2012. -----

O Senhor **Vereador Arnaldo Pinto Soares** disse que o gráfico do Orçamento reflecte bem o que foi dito pelo Vice-Presidente. Estão com 32 milhões e 900 mil euros de Receita e, é isso que tem que ser a Despesa. Têm ainda, 1 milhão e 765 mil ainda reduzir mas esperam que, aquando da apresentação do Orçamento para 2012, *todos compreendam que têm um Plano de Saneamento aprovado e que têm que respeitar*. -----

Disse de seguida que de facto a *Expoval* foi um sucesso; a escolha da localização foi acertada bem como, a preparação do espaço a todos os níveis, excepto as tendas, foi feita por pessoal e com meios da Câmara Municipal. Em seu entender, mais uma vez se demonstrou que há Recursos Humanos que, quando motivados, podem ser muito proveitosos. -----

Esclareceu o que se está a passar na rua Ribeiro Teles onde está a haver uma intervenção por parte da EDP. As *linhas de alta tensão e muito alta tensão* vão desaparecer estando a ser enterradas desde os Montes da Costa até à subestação da Palmilheira originando alguns constrangimentos. A REN está a rebentar a Rua mas vão fresar e são eles que vão colocar tapete novo desde a Rotunda da Formiga até à Vila Beatriz. -----

As obras de requalificação da Rotunda que está a ser feita, a colocação de guias e a seguir a feitura de passeios também estão a ser feitas totalmente com pessoal da Câmara Municipal. -----

Relativamente à Ponte dos Arcos a parte que preocupava está feita. Acredita que a recuperação do muro do telhão esteja completa até final do ano. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Eliseu espera que a Rua Ribeiro Teles esteja completa até final deste ano pelo menos em termos de tapete e guias embora a betonilha e os passeios não estejam todos feitos. Junto ao Fórum e à Estação as obras na Rua Rodrigues de Freitas estão atrasadas porque com a chuva é impossível continuar as obras, pelo menos à velocidade que se queria, já está feita a perfuração na totalidade, por baixo das linhas, está feita a ligação da Rua Armando Magalhães, Rua de Luanda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

e Rua dos Serviços Médico Sociais ou seja, está ligada à ribeira, falta só abrir o poço na Rua Rodrigues de Freitas. -----

Havia uma conduta de água que não estava cadastrada, que coincide com o meio da caixa tendo que se abrir uma outra caixa, muito maior, do lado da que vai receber as águas. -----

-----A questão da cabine que ficou no meio na Rua Fontes Pereira de Melo e Via da Fonte é uma situação que não nos orgulha; há ali uma urbanização feita por uma entidade privada que tem a responsabilidade da construção de um novo PT para acolher todas as infra-estruturas que estão naquela cabina, eles próprios já assumiram que irão demolir a cabina em, questão. -----

Houve algum desencontro sobre de quem seria a responsabilidade da transferência das infra-estruturas mas pensa que nesta fase a situação será resolvida rapidamente e que as infra-estruturas vão ser transferidas para o PT que já está construído. -----

A Rua das Póvoas/Campo é uma preocupação que vamos tentar minimizar apesar de todos os constrangimentos orçamentais. -----

Quanto à mobilidade eléctrica todos temos a noção que os veículos eléctricos farão parte do futuro. Houve um conjunto de 25 municípios que aderiram ao MOBI.E, e há uma nova vaga e perspectivas de haver possibilidade de candidaturas, para o município se candidatar à rede de pontos de carregamento. Para isso tem que ter um plano de mobilidade municipal eléctrica. -----

Esse documento foi elaborado em parceria com a Universidade do Minho houve discussão interna, pareceres de todos os departamentos para ser acolhido e está numa fase final. Irá à Câmara para ser aprovado como plano municipal de mobilidade eléctrica, e ficamos em condições de podermos candidatar, caso haja possibilidade, a construção desses pontos de carregamento. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação a admissão da **Moção** da CDU anexa à presente acta como **Doc.5A** sendo admitida por unanimidade, de seguida foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**. -----

De seguida colocou à votação a admissão da **Moção** apresentada pela CDU e anexa à presente acta como **Doc.6**, sendo admitida por unanimidade, de seguida foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**. -----

Colocou de seguida à votação a admissão a **Recomendação** da Coragem de Mudar anexa à presente acta como **Doc.6A**, sendo admitida por unanimidade. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PSD Albino da Silva Martins Poças** disse que vão votar contra a Recomendação essencialmente por dois motivos. -----

Primeiro parece-lhes que o autor da Recomendação no passado dia 20 de Outubro não esteve presente na reunião do Executivo a que se refere na sua Recomendação porque, se tivesse estado, provavelmente não deixaria de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

fazer um reparo e, isso sim, devia ter sido feito. -----

Segundo porque talvez, tenha sido mal informado, de uma ofensa que foi feita, nessa reunião, a dezenas de munícipes para, nem sequer uma palavra, ter dito sobre isso-----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação a **Recomendação** da Coragem de Mudar anexa à presente acta como **Doc.6A**, sendo **reprovada por maioria**, verificando-se a seguinte votação: -----

Votos a Favor: 7 votos a favor, sendo: 6 votos do Grupo Municipal Coragem de Mudar e 1 voto do Grupo Municipal da CDU. -----

Votos Contra: 13 votos contra, sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PSD, 2 votos do Grupo Municipal do CDS e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

Abstenções: 10 abstenções, sendo: 9 abstenções do Grupo Municipal do PS e 1 abstenção do grupo Municipal do BE. -----

De seguida colocou de seguida à **votação a aprovação em Minuta dos pontos 2.6, 2.7, 2.8 e 2.9, sendo aprovado por unanimidade**, dando de seguida por encerrada a sessão. -----

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente aprovada e assinada. -----

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º secretário: _____

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

**FIXAÇÃO DO IMI PARA VIGORAR EM 2012 A APLICAR AOS
VALORES PATRIMONIAIS DOS PRÉDIOS URBANOS**

Passados que estão oito anos sobre a vigência do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis da pena do então governo de Durão Barroso e de Manuela Ferreira Leite, ao leme das Finanças, a verdade é que as expectativas colocadas na reforma da tributação do património acabam por sair completamente malogradas, sem que os seus principais objectivos tenham sido, ainda hoje, minimamente alcançados. Aliás, para muitos milhões de contribuintes esta reforma agravou as injustiças e introduziu discriminações inaceitáveis entre aqueles que possuem prédios avaliados muito antes de 2003 e que pagam valores anuais de IMI irrisórios e os que têm imóveis avaliados depois de 2003 por valores próximos, e em muitos casos até superiores, ao valor de mercado e que pagam impostos elevadíssimos. Efectivamente, o Estado comprometeu-se a fazer a avaliação geral dos prédios no prazo de 10 anos, mas oito anos depois só uma ínfima parte deles está actualizada, com o agravamento da iniquidade fiscal.

Há, porém, uma evidência nesta reforma que nenhum contribuinte, porventura, se atreverá a negar. É a de que as receitas dos municípios tiveram um crescimento meteórico para níveis inimagináveis, registando entre 2004 e 2009 um aumento da ordem dos 76,8%. Tal como no município de Valongo, que passou de uma receita de pouco mais de 4 milhões de euros em 2004 para quase 8 milhões de euros em 2010, conforme dados recentes apontam, a maioria dos municípios têm procurado maximizar as suas receitas fixando sempre a taxa do IMI no seu limite máximo ou próximo dele, transformando este imposto numa mina de ouro que vem alimentando o insaciável hábito despesista de muitos deles. Ao fim de todos estes anos, o hábito passou a vício, e para manter esse vício as Câmaras passaram a viver dependentes das receitas deste imposto.

O resultado dessa política é termos hoje cada vez mais munícipes a pagar a taxa máxima de IMI, na sua maioria jovens que adquiriram casa na década de 90 e que vivem agora com graves dificuldades de falta de emprego, com trabalho precário e com salários reduzidos. E depois de levarem o país ao descalabro financeiro, numa altura particularmente difícil para os portugueses fustigados com a austeridade selectiva do governo PSD/CDS sobre os mais desfavorecidos, vêm agora anunciar o avanço definitivo da avaliação da totalidade dos prédios, aumentando ainda mais a carga fiscal. É caso para se dizer que vêm tarde e a más horas...

Importa então perguntar o que é que, em termos locais, fez a Câmara de Valongo com todas essas receitas do tempo das "vacas gordas"?

Investiu em requalificação dos bairros sociais construídos há várias décadas e já com elevado nível de degradação? Não.



Bloco de
Esquerda

Investiu em requalificação dos bairros sociais construídos há várias décadas e já com elevado nível de degradação? Não.

Investiu na construção de habitação social de raiz no concelho de Valongo para dar resposta às cerca de 800 famílias a precisar de casas? Não.

Investiu na aquisição e requalificação de prédios inacabados ou abandonados para constituição duma bolsa de imóveis para arrendamento a custos controlados, como há anos vem propondo o Bloco? Definitivamente, não.

Preferiram os sucessivos executivos PSD o investimento no eleitoralismo despesista e levar a autarquia ao descalabro financeiro e à falência do município.

Ainda hoje um jornal diário bem conhecido fez capa com os alarmantes números do imobiliário em Portugal apurados nos últimos Censos: 735 mil casas vazias e 110 mil casas por arrendar.

Perante este cenário, é lamentável que este executivo, à semelhança de muitos outros no país, continue a não utilizar um conjunto de instrumentos previstos no Código do IMI para penalização fiscal dos prédios devolutos há mais de um ano, os quais podem ser objecto de taxas elevadas ao dobro, assim como dos prédios em ruínas que podem ser objecto de taxas elevadas ao triplo conforme dispõe o artigo 112º do CIMI.

Para este efeito as Câmaras Municipais devem comunicar até 30 de Novembro de cada ano a lista dos prédios devolutos ou em ruínas à Direcção Geral dos Impostos. Esta seria certamente uma boa medida para arrecadar receita fiscal, incentivar arrendamento urbano e combater a especulação imobiliária.

Acontece, porém, que não é este o entendimento do executivo municipal liderado pelo PSD, não obstante se queixar da quebra de receitas fiscais para tentar justificar o buraco financeiro em que meteu município.

Acresce que, continuamos a não saber hoje o número de prédios existentes no concelho de Valongo avaliados e não avaliados nos termos do Código do IMI.

Por último, salientamos ainda a este propósito, a injustiça fiscal e social que encerra a proposta apresentada, ao propor a diminuição da taxa de IMI apenas para os prédios avaliados nos termos do Código do IMI. Não existe qualquer argumento que possa, por si só, justificar este tratamento discriminatório. Por uma questão de coerência e, sobretudo, de igualdade e justiça fiscais, se baixamos a taxa de IMI para os prédios avaliados, também a devemos, na mesma proporção e medida, baixar para os prédios não avaliados, sendo certo que estes últimos serão sempre os mais tributados.

Assim sendo, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda votará contra a proposta apresentada.

Quinta-feira, 09 de Novembro de 2011

Pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda,



Câmara Municipal de Lisboa

Doc. 2

EXPOSIÇÃO

É presente a esta Assembleia, a apreciação e aprovação da Adenda ao Contrato de Empréstimo para o Saneamento Financeiro, do montante de 12 500 000,00€, celebrado com a Caixa Geral de Depósitos.

Face à aprovação do Plano de Saneamento Financeiro, nos próximos três mandatos, quem dirigir os destinos desta Autarquia, terra do pão, ~~tenha~~ ^{dele} que governar com as migalhas que lhes deixarem. E em 2023, supostamente o ano em que termina a tortura, estaremos bem pior: mais pobres, mais endividados e menos crentes. Na altura, olha-se para trás e só haverá dois tempos: Valongo Antes do Empréstimo (AE) e Valongo Depois do Empréstimo (DE).

Leva-nos a imoralidade de quem tão mal dirigiu esta casa para, e sem mandato para tal, termos de decidir e comprometer tudo quanto os nossos filhos pretendem fazer. Obrigam-nos, na espuma dos dias, deixar que a impunidade seja o sacramento da ilegalidade. Forçam-nos, como carrascos do tempo, a sermos coveiros do nosso próprio destino. Este é o único pedido que nos é apresentado nesta apreciável apreciação.

Sempre entendemos que o empréstimo é desejável e necessário. Mas não o que seria apresentado na última Sessão da Assembleia. Entendemos que com 12,5 milhões de euros e face a um problema emergente será possível minimizar os custos e os graves problemas que gravitam nesta Autarquia. Pena é que o Plano de Saneamento Financeiro não correspondesse à realidade que o agora empréstimo parece querer alcançar.

Precisamos de um Empréstimo e não da Eutanásia. De um bom Plano de Saneamento Financeiro e não de um Plano de Esgotamento Financeiro.

O presente pedido de Empréstimo é sustentado por um documento tecnicamente incompetente, laivado de irrealismo, que se baseia em hipotéticos pressupostos contrariando todas as evidências. É um documento cadavericamente empolado. Esconde a real situação das actuais concessões e falseia indicadores de crescimento. Faz previsões imprevisíveis.

Logo, não só é um mau documento como é um documento mau.

Refere o Plano de Saneamento Financeiro que "nos anos 2008 e 2009, em particular entre o último trimestre de 2008 e o terceiro trimestre de 2009, a economia mundial foi confrontada com uma crise económica sem precedentes".

Tal citação é verdadeira. Mas apenas serve para penalizar o Executivo que à época, já a Câmara estava em contra ciclo. Foi precisamente nesse mesmo período que a gestão danosa de intenção dolosa no sentido de preparar medidas eleitoralistas, leva a Câmara a efectuar 334 Adjudicações por Ajuste Directo num valor total de 21,3 milhões de Euros. Nesta matéria, em todo o país, apenas é secundada pela Câmara de Lisboa que, face à sua dimensão gastara apenas 20,7 milhões de euros.

Só nos últimos três meses anteriores às Eleições Autárquicas de 2009, a Câmara deu-se ao luxo de esbanjar perto de 12 milhões de euros. Gastou-se tanto em apenas três meses como o valor do empréstimo que agora nos arruinará até 2023.



Coragem de Mudar

Não foi nem a crise nacional ou internacional que afectou finanças da Câmara. Bem perto, temos outros Concelhos que hoje se encontram desafogados e sem queixumes. Foi antes a irresponsabilidade e a impunidade dos actos que apesar de sistematicamente terem sido denunciados pela Coragem de Mudar, antes e depois das eleições que levaram à actual situação de pedinte. Hoje, a Câmara está em estado mínimo e em situação de Rendimento Social de Inserção.

Numa análise mais cuidada, tendo em atenção os débitos totais, chegou o Executivo à conclusão que, para já, bastaria 12,5 milhões de euros. Isto é, em sede de Plano de Saneamento Financeiro, procura o Executivo argumentar e sustentar, a imperiosa necessidade da contracção de um empréstimo até ao montante de 25 milhões de euros. Agora, e sem qualquer outra fundamentação, entende que metade do então pretendido, chegará para pagar as despesas da casa.

Afinal para que serve o Plano de Saneamento Financeiro?

Na realidade, parecia não interessar a este Executivo regularizar o pagamento da dívida conhecida ou que conhecemos. Contas feitas, mais de um terço da dívida recai sobre fornecedores de imobilizado, aqueles que segundo o Sr. Presidente, estavam avisados que a Câmara não tinha dinheiro para pagar as obras. Logo, no entender do Executivo, esses, ou alguns desses, vão ter de esperar por melhores dias.

Então para que servirá 12,5 milhões de euros?

A brincadeira vai ficar cara. A Câmara, por 12,5 milhões que pede, pagará cerca de 19 milhões. Salde-se ainda a precisão precisa de até 11 de Outubro de 2013 – final dos quatro anos de mandato – o Executivo pagar apenas os juros, que libertando a Edilidade de pagar as amortizações permitirá, desde já, aliviar as dores a alguns empreiteiros, que na expectativa de mais algum receber, colocarão mais obras na rua. Aproveitará a Câmara para fazer flores, novamente em ano de eleições.

Mas esta Boa Prática Municipal sempre iria acontecer. Quer fossem 25 milhões, 12,5 milhões ou 1 milhão de euros.

Esta Câmara, ao longo dos últimos dezoito anos, nunca teve um caminho, um rumo, uma estratégia. Habitou-se, ao longo dos anos, a gastar uns milhões aqui, outros acolá e sem políticas consequentes. Foi e é uma Câmara muda, cega e surda. Mais ainda agora, que a IGAL foi extinta.

Este não é um problema de hoje. No Balanço Social de 2010, e para um total de 869 funcionários, só nos últimos cinco anos, a Câmara recrutou 205 novos funcionários. 71% dos actuais funcionários da Câmara entraram durante o mandato do PSD e destes, 90% são Dirigentes Intermédios e Técnicos Superiores.



Coragem de Mudar

Pena é que nesta matéria como em muitas outras, o PS e na posição do seu líder nesta Assembleia, permaneça num sono profundo e de verdadeira incoerência. Tanto quer, como não quer. Diz que sim e logo remata com um não.

Por estas e por outras, já consta por aí, o contributo do PS no enriquecimento do nosso Património Popular: "Sol na eira e chuva no naval, leva o Ribeiro cheio".

Este é um Dossier sério demais para ser verdade. Mas apesar de ser verdade, parece que já deixou de ser sério.

A terminar, continuamos a defender que este Dossier continua inquinado. Foi viabilizado um Plano de Saneamento Financeiro que não consubstancia o montante do valor agora pedido; as propostas de outras instituições bancárias que porventura tivessem sido apenas ao Processo não garantem, por não terem sido revistas, ser aquelas que melhor acautelassem os interesses do Município; e porque, essas ou outras, agora solicitadas não se encontram presentes para suportar uma tomada de decisão na presença de todos os elementos.

Continuará, cremos, este Processo ferido de ilegalidade.

Face ao exposto, e porque nesta matéria está em discussão e votação o Empréstimo de 12,5 milhões de euros, tal como sempre defendemos, os eleitos da Coragem de Mudar, em coerência com o que tem sido o seu percurso autárquico, e de forma consensual e compatível com os valores e compromissos eleitorais que publicamente assumiram, e porque não têm qualquer mandato dos Municípes para hipotecar o futuro, entende ~~abster~~
que cada deputado deverá votar de acordo com a sua consciência

Valongo, 9 de Novembro de 2011

Imerecu
O Grupo Municipal Coragem de Mudar



200-3

Grupo Municipal do PSD

Exmo. Sr. Presidente da Câmara

Exmo. Sr. Vice-presidente

Exmos. Srs. Membros da Mesa

Exmos. Srs. Deputados

Exmo. Público

O grupo municipal do PSD quer hoje apresentar a esta assembleia o seu regozijo pelo facto de se encontrarem em curso as obras de restauro da Ponte dos Arcos, verdadeiro ex-libris da vila de Campo, a que me orgulho de pertencer.

Esta ponte que, na sua função de aqueduto, teve como finalidade inicial o transporte de água para os terrenos envolventes serviu ainda, durante muito tempo, para a passagem de peões.

A origem da Ponte dos Arcos remonta a vários séculos, desconhecendo-se o período exacto da sua edificação, porém há informações que apontam para o facto de já ter sido alvo de reparações no séc. XIX. Com o passar do tempo, a degradação da ponte tornou-se cada vez mais evidente e, de igual modo, foi aumentando a necessidade de proceder a obras de restauro e preservação desse importante património.

A população de Campo acompanhou com crescente preocupação a erosão e deterioração da Ponte dos Arcos. As preocupações tornaram-se prementes quando se verificou o perigo iminente de derrocada da mesma. Persistia o sentimento de insegurança nas imediações da ponte e crescia a angústia da tão vaticinada perda do monumento que engrandece e distingue a vila.

Por este facto, felicita-se a CMV pela candidatura e aprovação do projecto de restauro da Ponte dos Arcos que, como é já de conhecimento público, foi financiado pelo PRODER, com uma comparticipação de 75%.

Este apoio agora conseguido pressupõe, na minha opinião, uma eficaz base argumentativa quanto à importância do monumento em apreço, para a comunidade onde o mesmo se encontra. Mais considero que a sua obtenção revela a capacidade e a qualidade dos projectos desta autarquia, no que respeita à apresentação e fundamentação de candidaturas.

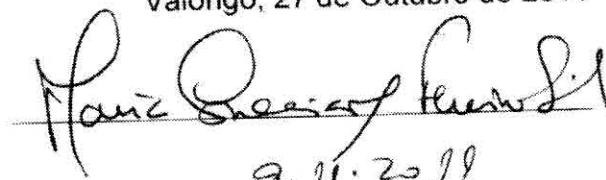
Por outro lado, a preocupação em dar-se início às obras, com celeridade, constitui um factor positivo e muito importante, porquanto se acredita que, assim, será possível precaver danos ainda maiores que poderiam levar ao desaparecimento de ponte, quando começasse o período de maior pluviosidade.

Importa ainda referir que há pouco tempo foram feitas obras de beneficiação da zona de proximidade e acesso à ponte, que tornaram a área mais harmoniosa e, mais que isso, oferece maior segurança para a circulação do trânsito e de transeuntes, nomeadamente à população escolar que todos os dias se desloca para a Escola Básica de Campo.

Obrigada.

Peço Grupo Municipal do PSD

Valongo, 27 de Outubro de 2011


9.11.2011

Doc. 4

Exmo Senhor Presidente da Mesa

Senhores Vereadores

Senhores Deputados

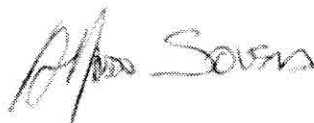
Queria deixar aqui 3 notas;

1º Queria aqui reforçar o sentimento de alívio que todas as pessoas de Campo sentem, ~~para~~ a Ponte dos Arcos já não estar na eminência de cair. É para resolver os problemas das pessoas que somos Autarcas.

2º Queria aqui também sublinhar, que foi para mim motivo de orgulho e de dever, a defesa junto do anterior Governo, da construção do novo centro de saúde de Campo. Quero, aqui deixar claro que a responsabilidade da assinatura do protocolo é com o estado Português, seja este ou outro Governo.

Espero que os senhores deputados, que a Camara Municipal de Valongo defendam com empenho o referido Centro de Saúde de Campo, a responsabilidade é agora do Governo PSD/PP, honrem os compromissos assumidos... a junta de freguesia já assumiu os dela com a cedência do terreno. Fizemos já tudo o que era possível fazer da nossa parte.

3º - Queria deixar aqui também um apelo: a rua das Povoas está num estado calamitoso, urge a sua requalificação, quero também focar aqui a continua degradação da ETAR de Campo que provoca todos os finais do dia cheiros nauseabundos. As pessoas de Campo exigem rapidez na resolução destes problemas.

 António Sousa



Grupo Municipal do PSD

Ex^o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da
Mesa

Ex^a Câmara

Ex^{os} Senhores Deputados

Ex^o Público

A décima edição da Expoval não poderia ter sido assinalada de melhor maneira, com a acertadíssima escolha do Parque Urbano de Ermesinde para a sua realização.

A instalação do evento nesse espaço nobre do concelho veio dar-lhe uma nova dinâmica e a dignidade que esta Mostra merece. A comprová-lo, a elevadíssima afluência de pessoas que puderam desfrutar de uma oferta variada e de grande qualidade, desde a visita à mostra empresarial, até à animação cultural contínua e ao animado espaço para as crianças.

A satisfação de expositores e de visitantes foi notória, ratificando claramente a opção do Executivo Municipal de relocalizar o evento.

Na pessoa do Vereador do Pelouro, Dr. João Paulo Baltazar, está de parabéns a nossa Câmara pelo inequívoco sucesso da Mostra das Actividades Económicas do Concelho de Valongo deste ano.

Pelo Grupo Municipal do PSD



MOÇÃO

Em defesa da requalificação das escolas secundárias de Ermesinde e de Valongo

Tendo em conta as condições crescentemente precárias em que vêm funcionando as escolas secundárias de Valongo e de Ermesinde, no concelho de Valongo, com prejuízos para as respectivas comunidades escolares;

Sabendo que continua suspenso o processo de reabilitação daquelas escolas, sem que se saiba quando será retomado, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em 27/10/2011, reclamado do Governo e em particular do Ministério da Educação, para a necessidade de

- Proceder nestas escolas a obras de recuperação e manutenção com qualidade, aproveitando na íntegra as estruturas construídas, de forma a, economizando recursos, conseguir melhorar sensivelmente as condições de trabalho e de aprendizagem naqueles estabelecimentos de ensino;
- Ter em conta o carácter urgente e inadiável da requalificação destes estabelecimentos de ensino, dado o estado de degradação global dos edifícios;
- Enviar cópia desta moção ao Sr. Primeiro-ministro, ao Sr. Ministro da Educação, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Junta e Assembleia Metropolitana do Porto, às direcções, associações de pais e de estudantes das escolas secundárias de Ermesinde. *e Valongo e E.B. 2.3 de Valongo.*

Valongo, 27 de Outubro de 2011

A CDU – Coligação Democrática Unitária

Adriano Pinheiro



Doc 6

MOÇÃO

Contra a possibilidade de cobrança de portagens entre Ermesinde e o Porto

Considerando que:

- A ligação de auto-estrada entre Ermesinde e o Porto é um canal de circulação fundamental entre o concelho de Valongo e a área metropolitana, sendo utilizado diariamente por milhares de pessoas, entre outras, das freguesias de Ermesinde, de Valongo, Alfena e Águas Santas;
- Encontra-se em curso uma estratégia para reduzir a oferta de transportes públicos e para aumentar significativamente os seus preços;
- O custo de vida tem vindo a aumentar, a par com a redução dos rendimentos da generalidade da população;
- Recentemente vieram a público notícias que veiculavam a possibilidade da introdução da cobrança de portagens na A4, entre Ermesinde e o Porto, sem que fossem desmentidas por responsáveis do Governo.

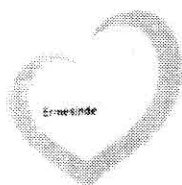
A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em 27 de Outubro de 2011, delibera:

1. Manifestar ao Governo a sua viva oposição à possibilidade da introdução da cobrança de portagens na A4, entre Ermesinde e o Porto;
2. Enviar cópia desta deliberação ao Sr. Primeiro-ministro, ao Sr. Ministro da Economia, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Junta Metropolitana e Assembleia Metropolitana do Porto.

Valongo, 27 de Outubro de 2011

A CDU – Coligação Democrática Unitária

por nome do 1.º Vice-Presidente



303 A

RECOMENDAÇÃO

A Reunião Ordinária do Executivo Camarário realizada no passado dia 20 de Outubro registou, como seria de esperar, uma invulgar mas sempre bem-vinda presença dos nossos Municípes a este mesmo espaço. Com a sala de sessões repleta de dirigentes de colectividades e associações do Concelho, registarão os anais da História, um ambiente só comparável com as Aparições de Fátima, neste repetitivo mês de Outubro ou, *qui ça*, um daqueles aguardados momentos que nos fazem refastelar no sofá e devorar tudo quanto se passa na festivaleira Noite da corrida aos Óscares. Quem são os nomeados? Quem vence mais um Prémio de Excelência Autárquica Disto e Daquilo? Quais os melhores Actores? Quem é o realizador vencedor? Qual o filme que todos já adivinham o seu argumento, os truques e efeitos especiais, ao ritmo da melhor banda sonora!...

Momentos como estes são únicos. Casa cheia com lotação esgotada. Lindo de se ver.

De parabéns está a Câmara Municipal de Valongo por esta excelente iniciativa. A demonstração da sua capacidade mobilizadora vai para além do que lhe é humanamente exigido. Uma verdadeira gaita-de-foles no que toca a reunir. Bravos! Valentes!

Nem os ancestrais pastores rebarbados pelo vento conseguem, com arte e engenho, tão bem arrebanhar o seu ofício. Qual Internet que os bata ou boato que os vença? É a Globalização no seu melhor.

Hoje e aqui, não seremos Oposição. Antes Posição. Uma posição que nos orgulha de tão grande e *mui* mestria. Que se repita e memorize este acto.

Não cremos que tal procedimento fosse uma manifestação de intimidação aos Vereadores da oposição no sentido de, face à sua presença, alterarem o seu sentido de voto. Nada disso. Pensar desta forma é ser má-língua. E a política não se coaduna com tais ofensas.

Nem tão pouco se tratara de algum receio tido e contido pelo partido do poder em temer o chumbo da oposição ao documento que apressadamente produziu. Longe disso. Em Democracia não se teme nem se treme.

Muito menos acreditamos que tal ajuntamento fosse uma forma de pressionar os Vereadores das outras forças políticas, procurando dar a ideia de que se o Plano de Saneamento Financeiro fosse rejeitado, a culpa seria da oposição, pretendendo responsabilizar os Vereadores que votassem contra a manutenção das dívidas às colectividades. É uma imperdoável heresia pensar desta forma. Só mesmo quem não está de boa fé é que acredita nesta blasfémia.

Seria injusto e desleal para com a nossa consciência pensar desta forma. Afinal, a dívida total às associações/colectividades e escolas do Concelho representa menos de



1% do Orçamento Municipal deste ano. *Coisa pouquita* como diria o VI amigo Alberto João. Se as dívidas não foram pagas e pelas Associações, recebidas, apenas se deve a um meritório e justo gesto de quem gere os destinos da Câmara no sentido de prevalecer uma maior igualdade e equidade: ou recebem todos, ou não recebe ninguém. Divinamente comovente...

Da mesma forma, não acreditamos que a presença registada naquele dia seria para manifestar a sua grande indignação pela possível viabilidade de um Plano de Saneamento Financeiro, versão PQLSV (Passa Que Logo Se vê) e consequente pedido de autorização para contratação de empréstimo de longo prazo, até ao montante de 25.000.000,00 €. Mentira. Quem pensa assim ou não é do Concelho ou não é de cá.

Estivesse-mos nós em sede de Discussão do Orçamento, dir-se-ia, na sua verdadeira essência e perante tamanha participação, estarmos perante um Orçamento Participativo.

Tem-nos presenteado esta Câmara com o Prémio Nacional de Excelência Autárquica e Prémio Nacional de Boas Práticas Locais. Não pretende a mesma, candidatar-se ao Prémio Nacional do Toca a Reunir Aqui ou, sejam eles criados, o Prémio Nacional do Dia da Igualdade da Agência para a Vinda de Mais Prémios ou Prémio das Boas Práticas Municipais Noutros Concelhos Que Não Aqui.

Tendo em atenção que de acordo com a Agenda de Trabalhos, não se comemorava a proclamação do Dia da Igualdade nem estava anunciada a renúncia ao cargo de Presidente do Executivo desta ainda Câmara, nem do Dia Comemorativo da Liquidação dos 24,30€, só por interesse à causa pública e no celestial interesse pelas preocupações comunitárias é que entendemos tão agradável presença.

Face ao exposto e pela justiça reconhecida em tal procedimento, na Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária no dia 27 de Outubro de 2011, não posso deixar de recomendar à Câmara Municipal de Valongo, a implementação, prossecução e consolidação de tais Boas Práticas Municipais, elas próprias, catalisadoras de uma Democracia Participativa.

Recomendo ainda e tendo em atenção a validação da eficácia do acto, que a Câmara Municipal de Valongo, através da competência que lhe é outorgada, utilize para futuras Reuniões de Executivo e de Assembleia Municipal, os mesmos canais, meios e procedimentos com que nos presenteou no passado dia 20 de Outubro.

Valongo, 27 de Outubro de 2011

O Grupo Municipal Coragem de Mudar